



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7220G

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município

Categoria: Não votados, rejeitados, retirados de pauta, etc

Autoria: Guilherme Dias Ramos

Data: 21/03/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE EMENDA (NÃO VOTADO). Acrescenta dispositivos ao artigo 136, da Lei Orgânica do Município de Montes Claros e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 04

Posição: 56

Número de folhas: 04

Espécie: PE
Categoria: LOM Pendente
CX: 04
Ordem: 56
nº fls: 03



Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº ____/2006

AUTOR:

Ver. Guilherme Dias Ramos

ASSUNTO:

Acrescenta Dispositivos ao Art. 136 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros e Contém Outras Providências.

MOVIMENTO

Entrada em - 21/03/2006

Comissão Legislação e Justiça e Especial

- 1 - _____
- 2 - _____
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



Câmara Municipal de Montes Claros

Vereador Guilherme Dias Ramos - Guila

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº _____ / 2006

Acrescenta dispositivos ao art. 136 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros e contém outras disposições.

O Povo do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova, e a Mesa Diretora, em seu nome, promulga a seguinte Emenda:

Artigo 1º - Ficam acrescentados §§ 1º e 2º ao art. 136 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 136

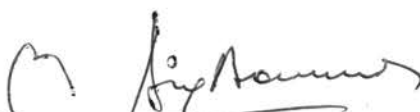
§ 1º. Não será admitida, no período de noventa (90) dias que antecede o término da sessão legislativa, a apresentação de projeto de lei que tenha por objetivo a instituição ou a majoração de tributo municipal. (AC=Acréscimo)

§ 2º. O disposto no § 1º deste artigo não se aplica a projeto de lei destinado exclusivamente a adaptar lei municipal a norma estadual e federal. (AC)

Art. 2º - Esta Emenda à Lei Orgânica do Município entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 17 de Março de 2006.


Guilherme Dias Ramos (Guila)
Vereador

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
17/03/2006	
HORA: 9:30	
ASS: 	

Guila



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2005 QUE “Acrescenta dispositivos ao Art. 136 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros e contém outras providências”, de autoria do Vereador Guilherme Dias Ramos.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Dispõe o artigo 48 da Lei Orgânica Municipal:

Art. 48 – A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:


I – de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

O presente projeto foi proposto apenas pelo seu autor, contrariando, assim, a Lei Orgânica, motivo pelo qual torna-se ilegal.

Assim, somos de parecer que mencionado Projeto de Lei é ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 05 de dezembro de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605

Câmara Municipal de Montes Claros

SALA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

**PARECER SOBRE PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº ____/2006
QUE “ Acrescenta Dispositivos ao Art. 136 da Lei Orgânica do Município de Montes
Claros”, de autoria do Vereador Guilherme Dias Ramos**

RELATÓRIO

Nos termos *art. 67 e 68* do Regimento Interno desta Casa Legislativa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitir parecer sobre a constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação das matérias que lhe forem submetidas.

O presente Projeto acrescenta dispositivos ao Art. 136 da Lei Orgânica do Município de Montes Claros.

O Art. 136 da LOM dispõe sobre os tributos municipais.

A Comissão verificou que a forma como foi proposto o respectivo Projeto contraria o disposto no art. 48, inciso I da LOM, que prevê que a Lei Orgânica Municipal somente poderá ser emendada, mediante proposta apresentada por no mínimo 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal .

CONCLUSÃO

Sendo assim, esta Comissão considera o referido Projeto de Emenda ilegal.

Montes Claros, 07 de dezembro de 2006.


Ver. Eurípedes Xavier Souto
Presidente

Ver. Ademar de Barros Bicalho
Vice-Presidente


Ver. Antônio Silveira de Sá
Relator